	POLÍTICA DE INTERAÇÕES COM O PODER PÚBLICO 	Id. PI. COMP. 04
		Rev.: 01
		Data: 27/08/2021

1. OBJETIVO

Definir diretrizes, proibições e regramentos que devem ser observados pelos colaboradores das empresas Quality, estas no âmbito do respectivo contrato e a atos a ele relacionados (“Companhia”), no exercício de suas atividades e sempre que interagirem com os membros da Administração Pública em todas as suas esferas - Legislativo, Judiciário e Executivo - a fim de garantir o cumprimento da legislação aplicável e evitar a ocorrência de fraudes, corrupção e outros ilícitos.

A presente política visa, ainda, disseminar a obrigação da observância destas diretrizes, proibições e regramentos na atividade dos terceiros, fornecedores, prestadores de serviços, parceiros e consultores de negócios contratados pela Companhia.

2. CAMPO DE APLICAÇÃO

Aplica-se a:

- Todas as áreas das empresas Quality, estas no âmbito do respectivo contrato e a atos a ele relacionados (“Companhia”);
- Todos os colaboradores, independente do cargo ou função;
- Terceiros, fornecedores, prestadores de serviços, parceiros e consultores de negócios de todas as empresas da Companhia.

3. DEFINIÇÕES



As definições abaixo refletem o entendimento da Companhia e são aplicáveis às normas internas da mesma no âmbito do sistema de gestão:

Administração Pública

Todo e qualquer órgão, agente, empresa pública, fundação, sociedade de economia mista, autarquia ou representação oficial, direta ou indireta, dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em âmbito federal, estadual, municipal ou estrangeiro.

Agente público

Elaborado por: Comitê de Ética e Compliance Data: 26/08/2021	Revisado por: Qualidade/Relacionamento Humano Data: 27/08/2021	Aprovado por: Diretoria Data: 27/08/2021
--	--	--

	POLÍTICA DE INTERAÇÕES COM O PODER PÚBLICO 	Id. PI. COMP. 04
		Rev.: 01
		Data: 27/08/2021

É todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente e/ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função em órgão da Administração Pública (com base no conceito dado por esta política e aqui acrescido da Administração Pública estrangeira).

Atos Lesivos

Toda ação praticada que atente contra o patrimônio público, nacional e/ou estrangeiro, contra os princípios da Administração Pública ou contra os compromissos assumidos pelo Brasil, conforme disposto nas leis vigentes, principalmente, mas não se limitando, à Lei nº 12.846/2013 (Lei da Empresa Limpa), Decreto-Lei nº 8.420/2015, Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações), Lei nº 13.303/2016 (Lei da Empresa Pública), Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal).

Brinde, presente, hospedagem, refeições

Vide Política de Brinde, Presente, Entretenimento e Hospitalidade.

Companhia

Abrange as empresas Quality, estas no âmbito do respectivo contrato e a atos a ele relacionados.

Corrupção

É o ato ou efeito de corromper, oferecendo ou exigindo algo com a finalidade de obter vantagem indevida para si ou para terceiros, nos âmbitos público e privado.

Doações e Patrocínios

Vide Política de Doações e Patrocínios.


Documento Público

Qualquer documento criado, alterado ou compilado pela Administração Pública.

Fraude

Ato de fraudar, enganar, falsificar, burlar, usurpar.

Elaborado por: Comitê de Ética e Compliance Data: 26/08/2021	Revisado por: Qualidade/Relacionamento Humano Data: 27/08/2021	Aprovado por: Diretoria Data: 27/08/2021
--	--	--

	POLÍTICA DE INTERAÇÕES COM O PODER PÚBLICO 	Id. PI. COMP. 04
		Rev.: 01
		Data: 27/08/2021

Vantagem indevida

Qualquer atitude que, de forma ilegal, vise facilitar, conceder privilégios, ou propiciar vantagem de qualquer natureza, por exemplo: (i) no pagamento de tributos; (ii) na participação de licitações e contratações com o Poder Público em qualquer modalidade; (iii) na formalização de contratos e seus aditivos; (iv) na obtenção de licenças, alvarás, autorizações, permissões e/ou qualquer documento essencial para a regularização das atividades da Companhia; e (v) em situações de fiscalização, regulação e auditorias originadas dos setores público e privado.

4. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Código de Ética e Conduta;
 Política de Brindes, Presentes, Entretenimento e Hospitalidade;
 Política de Doações e Patrocínios;
 Política de Licitações;
 Políticas, normas e Procedimentos;
 Constituição Federal; Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940); Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/13); Decreto nº 8.420/2015; Lei de Conflito de Interesses (Lei nº 12/813/2013); Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei nº 9.613/98, alterada pela Lei nº 12.863/12); Lei de Defesa da Concorrência (Lei nº 12.529/11); Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93); Lei da Empresa Pública (Lei nº 13.303/2016), Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992); Lei do Pregão (Lei nº 10.520/2002); Lei das Parcerias Público Privadas (Lei nº 11.079/2004); Decreto nº 8.428/2015 (Procedimento de Manifestação de Interesse); Código de Conduta da Alta Administração Federal; Consolidação das Leis de Trabalho (Decreto-Lei nº 5452/43); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).

5. DIRETRIZES


5.1 Gerais

Toda e qualquer relação e/ou atividade que envolva a participação ou interação com os agentes públicos e/ou membros da Administração Pública deve se pautar por:

- Ética corporativa e profissional;
- Comprometimento com as diretrizes dispostas no Código de Ética e Conduta;
- Conhecimento e irrestrito cumprimento das políticas e normas internas da Companhia;
- Conhecimento e irrestrito cumprimento da legislação nacional e estrangeira aplicável aos negócios da Companhia;

3/11

Elaborado por: Comitê de Ética e Compliance Data: 26/08/2021	Revisado por: Qualidade/Relacionamento Humano Data: 27/08/2021	Aprovado por: Diretoria Data: 27/08/2021
--	--	--

	POLÍTICA DE INTERAÇÕES COM O PODER PÚBLICO 	Id. PI. COMP. 04
		Rev.: 01
		Data: 27/08/2021

- Questionar ao Comitê de Ética e Compliance no caso de qualquer dúvida sobre a interação com a Administração Pública e o Agente Público;
- Denunciar qualquer ação contrária a esta Política e à legislação vigente que envolva colaboradores da Companhia, terceiros, fornecedores, prestadores de serviços, parceiros e consultores de negócios, da qual tenha tido conhecimento, ainda que se trate de mero indício.

5.2 Proibições:

É PROIBIDO AOS COLABORADORES DA COMPANHIA E AOS TERCEIROS QUE MANTENHAM QUALQUER RELAÇÃO COM AS EMPRESAS DO GRUPO PRATICAR ATOS LESIVOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A EXEMPLO, MAS NÃO SE LIMITANDO:

Administração Pública Nacional e Estrangeira:


- prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, nacional ou estrangeiro, ou a pessoa a ele relacionada;
- financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos lesivos à Administração Pública;
- praticar fraudes ou qualquer ato lesivo em licitações e contratos com a Administração Pública e/ou o governo ou estrangeiro;
- opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a agente público competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio devidamente instituído para a função ou desobedecer a ordem legal de funcionário público;
- desacatar agente público que esteja no exercício de sua função ou em razão dela;
- solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por agente público no exercício da função;
- acelerar o atendimento a pedido de licenças e autorizações por meio de oferecimento de vantagens indevidas a agentes públicos;

Licitações Públicas e Contratos Públicos:

- frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

4/11

Elaborado por: Comitê de Ética e Compliance Data: 26/08/2021	Revisado por: Qualidade/Relacionamento Humano Data: 27/08/2021	Aprovado por: Diretoria Data: 27/08/2021
--	--	--

	POLÍTICA DE INTERAÇÕES COM O PODER PÚBLICO 	Id. PI. COMP. 04
		Rev.: 01
		Data: 27/08/2021

- impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público de qualquer modalidade, ou contrato dela decorrente;
- oferecer vantagem indevida ou manter/fazer conluio ou combinação de resultados com licitante concorrente;
- utilizar ou divulgar indevidamente qualquer conteúdo sigiloso, com o fim de beneficiar a si ou a outrem ou de comprometer a credibilidade de uma licitação pública;
- afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- realizar modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais, para obtenção de vantagem ou benefício indevidos;
- manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a Administração Pública;

Atividade Fiscalizatória da Administração Pública:



- prejudicar a ação de autoridades fiscalizadoras de qualquer natureza;
- dificultar atividade de investigação ou fiscalização de agentes públicos, ou intervir na atuação destes oferecendo-lhes vantagem indevida para benefício das empresas, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional;

Documentos Públicos e Particulares:

- falsificar, fabricando ou alterando, documentos públicos, ou omitir declaração que dele deveria constar, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante ou de causar em prejuízo para a Administração Pública;
- falsificar, fabricando ou alterando, documentos particulares, ou omitir declaração que dele deveria constar, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, ou de causar em prejuízo para a Administração Pública;
- fazer uso de documentos de que tem conhecimento serem falsos;

5/11

Elaborado por: Comitê de Ética e Compliance Data: 26/08/2021	Revisado por: Qualidade/Relacionamento Humano Data: 27/08/2021	Aprovado por: Diretoria Data: 27/08/2021
--	--	--

	POLÍTICA DE INTERAÇÕES COM O PODER PÚBLICO 	Id. PI. COMP. 04
		Rev.: 01
		Data: 27/08/2021

- adquirir, receber ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial, mercadoria de procedência estrangeira, desacompanhada de documentação legal ou acompanhada de documentos que sabe serem falsos;

Ordem Tributária e Importação:

- iludir (de forma dolosa), no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria;
- vender, expor à venda, manter em depósito ou, de qualquer forma, utilizar em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira que introduziu clandestinamente no País ou importou fraudulentamente ou que sabe ser produto de introdução clandestina no território nacional ou de importação fraudulenta por parte de outrem.

OBS.: todos os itens acima aplicam-se, sempre que cabível, à Administração Pública estrangeira e agentes públicos estrangeiros.


5.3 Diretrizes procedimentais:

SÃO DIRETRIZES QUE DEVERÃO SER OBSERVADAS PELOS COLABORADORES DA COMPANHIA:

- a) A oferta de convite a agentes públicos para visitas às instalações da Companhia (em quaisquer de suas unidades), para a participação em eventos da Companhia e/ou patrocinados pela mesma, deverá ser comunicada ao Comitê de Ética e Compliance, informando-se: resumo do evento, data, hora, local e pessoas participantes. Exceção: quando a visita às unidades da Companhia se der para cumprimento de alguma obrigação prevista em contrato já firmado entre a Companhia e a Administração Pública;
- b) O patrocínio de qualquer evento da Administração Pública ou a doação para qualquer órgão da Administração Pública está condicionado ao atendimento da legislação aplicável e à autorização prévia do Comitê de Ética e Compliance, - vide Política de Doações e Patrocínios;
- c) O fornecimento de presente, brinde, hospedagem, passagem, refeição ou transporte a agentes e órgãos da Administração Pública deverá observar o previsto na política que trata do tema e na legislação aplicável. Em suma, é proibida a oferta ou a aceitação

6/11

Elaborado por: Comitê de Ética e Compliance Data: 26/08/2021	Revisado por: Qualidade/Relacionamento Humano Data: 27/08/2021	Aprovado por: Diretoria Data: 27/08/2021
--	--	--

	POLÍTICA DE INTERAÇÕES COM O PODER PÚBLICO 	Id. PI. COMP. 04
		Rev.: 01
		Data: 27/08/2021



de brinde, presente ou convite para qualquer modalidade de entretenimento ou de hospitalidade, para qualquer agente público ou membro da Administração Pública, exceto:

- I. Oferta de refeições: desde que de acordo com os parâmetros desta política e mediante posterior comunicação ao Comitê de Ética e Compliance,;
 - II. Oferta de brindes, desde que façam remissão à marca de uma ou mais empresas da Companhia e que sejam, exclusivamente, agendas, calendários, cadernos, canetas, bloco de anotações ou livro sobre a história da empresa ou do seu fundador.
 - III. Oferta e aceitação de participação em confraternizações em datas comemorativas da empresa ou universais: desde que seja convidado mais de um agente público ou membro da Administração Pública para o mesmo evento e mediante prévia comunicação ao Comitê de Ética e Compliance.
- d) Os colaboradores da Companhia (inclusive gestores e a alta administração) ficam proibidos de tratar sobre qualquer assunto relativo a licitação que esteja em andamento, bem como informações que possam influenciar ou direcionar futuro processo licitatório, desde que cientes desta situação, com agentes públicos que façam parte do órgão responsável pelo certame, salvo nas hipóteses previstas no Edital e na legislação aplicável;
- e) A apresentação de propostas de preços, portfólio de produtos comercializados pela Companhia e a participação em Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) ou em projetos ou procedimentos similares, destinados a fornecer estudos à Administração Pública para subsidiar a atuação do órgão interessado fica, obrigatoriamente, condicionada ao cumprimento das regras previstas pela Política de Participação em Licitações Públicas;
- f) Reuniões que visem discutir assuntos relacionados aos contratos públicos firmados pela Companhia, das quais participem agentes públicos e colaboradores da empresa, inclusive diretores, independentemente do local onde ocorram, deverão ser comunicadas à Área de Conformidade: informando-se: a pauta discutida, data, hora, local e pessoas participantes.

OBS.: Exceção: Não se enquadram na presente regra, encontros ocorridos entre colaboradores e agentes públicos do órgão contratante, desde que se destinem a tratar de obrigações cotidianas dos contratos, troca de informações e esclarecimento simples e/ou

7/11


Elaborado por: Comitê de Ética e Compliance Data: 26/08/2021	Revisado por: Qualidade/Relacionamento Humano Data: 27/08/2021	Aprovado por: Diretoria Data: 27/08/2021
--	--	--

	POLÍTICA DE INTERAÇÕES COM O PODER PÚBLICO 	Id. PI. COMP. 04
		Rev.: 01
		Data: 27/08/2021

desde que não tratem de qualquer alteração/adequação nas obrigações e direitos das partes, previstos nos contratos (verificar Anexo I);

- g) A contratação de ex-agente público ou de pessoas que mantenham relevante relação com agentes públicos deverá observar a política específica que trata de recrutamento e seleção;
- h) Qualquer redução e/ou suspensão do valor a ser pago a título de tributo, deverá estar embasada em lei vigente e ser submetida à prévia aprovação do Comitê Tributário, salvo nos casos de adesão a programas de parcelamento;
- i) Toda e qualquer modificação na forma de pagamento pela Administração Pública, a exemplo, mas não se limitando: isenção, descontos, parcelamento, prorrogação, inaplicação de reajuste, deverá ser precedida de autorização e validação do Diretor Executivo responsável pela área e estar formalizada por meio de documento físico ou eletrônico que deverá ser arquivado no sistema específico de controle de contratos públicos;
- j) Qualquer contratação de terceiros e consultores de negócios que prestem serviços e atuem em nome de qualquer empresa do grupo junto a qualquer órgão da Administração Pública deverá ser formalizada por meio de contrato escrito e da entrega dos documentos necessários. Caso seja necessária a outorga de procuração para a referida prestação do serviço, os poderes concedidos deverão refletir exatamente o objeto do contrato, exceto para a contratação de advogados pelo departamento jurídico, desde que tenham sido submetidos ao processo de homologação de terceiros;
- k) É vedado qualquer ajuste entre as partes contratantes sobre as obrigações previstas nos contratos públicos, ainda que seja para beneficiar a Administração Pública, sem prévia aprovação do Departamento Jurídico e do Diretor Executivo responsável pelo contrato;
- l) Todas as contratações diretas com a Administração Pública, ou seja, que não forem precedidas de licitação pública, deverão ser previamente validadas pelo Departamento Jurídico, pelo Diretor Executivo responsável e comunicadas ao Comitê de Ética e Compliance,;
- m) Qualquer abordagem de agente público que sugira ou efetivamente implique no descumprimento das orientações desta Política deverá ser interrompida e imediatamente ao Comitê de Ética e Compliance, da Companhia;
- n) Os gestores e diretores não poderão exigir metas inatingíveis ou exigir que os negócios/projetos sejam concluídos “a qualquer custo”.

Elaborado por: Comitê de Ética e Compliance Data: 26/08/2021	Revisado por: Qualidade/Relacionamento Humano Data: 27/08/2021	Aprovado por: Diretoria Data: 27/08/2021
--	--	--

	POLÍTICA DE INTERAÇÕES COM O PODER PÚBLICO 	Id. PI. COMP. 04
		Rev.: 01
		Data: 27/08/2021



- o) Apenas colaboradores autorizados pela diretoria e munidos do instrumento de procuração da empresa, quando necessário, poderão agir em nome da empresa perante a qualquer órgão da Administração Pública.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

Todos colaboradores e terceiros têm o compromisso de comunicar, imediatamente, qualquer indício de ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira que tenha ocorrido no âmbito dos negócios da Companhia. Qualquer situação de risco, por menor que seja, de corrupção, fraude, suborno, conflito de interesses e outras ações ilegais devem ser evitadas por colaboradores e terceiros.

A forma de acesso ao Canal de Denúncia está prevista no Código de Ética e Conduta.

Elaborado por: Comitê de Ética e Compliance Data: 26/08/2021	Revisado por: Qualidade/Relacionamento Humano Data: 27/08/2021	Aprovado por: Diretoria Data: 27/08/2021
--	--	--

	POLÍTICA DE INTERAÇÕES COM O PODER PÚBLICO 	Id. PI. COMP. 04
		Rev.: 01
		Data: 27/08/2021

ANEXO I

Seguem abaixo, situações que visam ilustrar o cumprimento do item 5.3, alínea “f”, que são meramente exemplificativas e não devem ser consideradas como exaurientes, bem como não substituem o conceito previsto pelo referido item.

OBS.:

- (i) Havendo dúvida sobre a subsunção entre a situação real e os exemplos abaixo, o colaborador deverá comunicar a Área de Conformidade.
- (ii) As situações abaixo como não havendo não há necessidade de comunicação, caso o colaborado

DEVO COMUNICAR AO COMITÊ DE ÉTICA E COMPLIANCE

Reuniões, encontros, visitas, com agentes da Administração Pública que tratem de:

- a) Apresentação de projetos mediante solicitação por órgão da Administração Pública (desde que formalizado nos termos da lei e das diretrizes da Companhia que regulam o tema);
- b) Apresentação de portfólio de produtos apenas quando houver solicitação formalizada de um órgão da Administração Pública;
- c) Negociações, renegociações, alterações ou explicações dos temas que envolvam o pagamento do Contrato (débitos do órgão contratante, desconto dos encargos contratuais, reajuste de tarifas, multas por atraso, etc)
- d) Comparecimento do órgão contratante na filial/ unidade/ loja para a fiscalização ou processo de auditoria do cumprimento de obrigações contratuais, legais e regulatórias;
- e) Visitas às instalações da Companhia (em quaisquer de suas unidades), para a participação de eventos da Companhia e/ou patrocinados pela mesma, considerando as exceções elencadas nesta política.



NÃO É NECESSÁRIO COMUNICAR AO COMITÊ DE ÉTICA E COMPLIANCE

Reuniões, encontros, visitas, com agentes da Administração Pública que tratem de:

- f) Obrigações operacionais do contrato (ex.: manutenção de veículos, reclamações e sugestões sobre a operação, adequações/melhorias do dia a dia para o cumprimento do

10/11

Elaborado por: Comitê de Ética e Compliance Data: 26/08/2021	Revisado por: Qualidade/Relacionamento Humano Data: 27/08/2021	Aprovado por: Diretoria Data: 27/08/2021
--	--	--

	POLÍTICA DE INTERAÇÕES COM O PODER PÚBLICO 	Id. PI. COMP. 04
		Rev.: 01
		Data: 27/08/2021

objeto do contrato, medição do nível de serviço, desde que não impliquem em qualquer modificação do objeto do contrato);

g) Temas relacionado ao comportamento dos colaboradores da empresa na execução dos serviços contratados;

h) Processo de protocolo de notificações, ofícios e respostas da empresa;

i) Entrega de documentos em geral;

j) Desmobilização e/ou entrega de ativos objeto de contratos públicos (durante o cumprimento do contrato ou no término da vigência do mesmo);

k) Assinatura de contratos, desde que: originados de um processo de licitação ou, no caso de dispensa desta que tenha sido validado pelo departamento jurídico.

Elaborado por: Comitê de Ética e Compliance Data: 26/08/2021	Revisado por: Qualidade/Relacionamento Humano Data: 27/08/2021	Aprovado por: Diretoria Data: 27/08/2021
--	--	--